

Oposição considera proposta escandalosa

Os partidos de oposição (PDT, PT, PC do B e PDS) consideraram, ontem, um "escândalo" as informações de que o Palácio do Planalto vai distribuir cerca de 10 mil cargos do governo federal nos estados para ampliar sua base política e neutralizar a disidência que vem enfrentando na Assembléia Constituinte.

Já os partidos situacionistas, PMDB, PFL e PTB, não acreditam que o governo vai praticar um fisiologismo ao conduzir a articulação de sua base de apoio em troca de cargos públicos. O PCB, que apoia o presidente José Sarney, acha, no entanto, uma prática normal as agremiações que apoiam o governo participar de sua administração. "Então, o PMDB que apoia o Governo não deve participar do Governo?" indaga o líder comunista na Câmara, Roberto Freire.

Leilão

A posição de alguns partidos sobre o assunto é a seguinte:

PDT: "A prática do leilão de cargos públicos é mais do que um fisiologismo, é um escândalo. Os métodos da Nova República têm se mostrado pior que os da velha porque o Executivo está procurando com esta barganha influenciar na elaboração da nova Constituição". Deputado Brandão Monteiro, líder da bancada).

PDS: "Eu garanto que o PDS não vai participar deste leilão de cargos. Esta é a Nova República que diz que veio para moralizar a administração pública, mas está se saindo pior que a velha"? (Deputado Amaral Netto, líder da bancada)

PC do B: "Quero crer que isto não seja verdade porque significaria a "cobalização" ampliada dos partidos. Esta prática deveria ter se encerrado no governo Figueiredo quando o PTB ficou com os principais cargos da Cobal para apoiar o antigo regime" (Deputado Haroldo Lima, líder da bancada).

PFL: "Desconheço qualquer intenção do governo de redistribuir

os cargos da administração Federal e tão pouco acredito que o critério de proporcionalidade para o preenchimento das vagas seja usado agora porque quando o PFL tinha vários governos estaduais este critério não foi seguido" (senador Guilherme Palmeira, presidente licenciado do PFL).

PMDB: "Não conheço nada sobre isso. Mas o PMDB não submeteria o seu apoio ao governo em função de cargos, mas em razão das mudanças já realizadas e as muitas a serem realizadas. Não creio que o governo vá conduzir a articulação de sua base de apoio à troca de cargos, o que representa um fisiologismo. Inclusive, o momento constitucional não recomenda esta prática". Deputado Luiz Henrique, líder da bancada).

PCB: "Se o governo dá uma responsabilidade política a um partido, isso envolve uma reciprocidade. Então, não é fisiologismo o PMDB ou o PFL participarem da administração pública". (Deputado Roberto Freire, líder da bancada).